



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE JULHO DE 1991

ANO XVII

PROJETO DE LEI N° 456/90

LEI ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 1° - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à saúde, qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios, à coletividade e aos cidadãos, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a presente lei.

Art. 2° - A garantia ao meio ambiente ecologicamente equilibrado compreende de, entre outros, os seguintes direitos:

I - um ambiente que garanta boa qualidade de vida e saúde física para si e seus pósteros;

II - acesso aos bancos públicos de informação sobre a qualidade e disponibilidade dos recursos ambientais;

III - acesso às informações sobre os impactos ambientais de obras e atividades potencialmente perigosas à saúde e à estabilidade do meio ambiente;

IV - acesso à educação ambiental;

V - acesso aos monumentos naturais e áreas legalmente protegidas, guarda a consecução do objetivo de proteção;

VI - opinar, no caso de obras e atividades potencialmente perigosas à saúde e ao meio ambiente, sobre sua localização e padrões de operação.

Art. 3° - Todas as pessoas, físicas e jurídicas devem garantir a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade assim como corrigir ou fazer corrigir às suas expensas os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por ela desenvolvida.

§ 1° - É dever de todo cidadão informar ao Poder Público sobre atividades poluidoras ou degradadoras que tiver conhecimento.

§ 2° - O Poder Público responderá às denúncias no prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 4° - O Poder Público garantirá a informação a respeito da situação e disponibilidade dos recursos ambientais, bem como das ações ou atividades suscetíveis

de os alterarem e as suas conseqüências e efeitos sobre a população.

§ 1° - A divulgação dos níveis de qualidade dos recursos ambientais deverá sempre ser acompanhada da indicação dos principais agentes degradadores ou poluidores.

§ 2° - O Estado assegurará ao cidadão, mediante a necessária divulgação de informações, o conhecimento sobre a utilização do meio ambiente e os meios necessários à sua participação na formulação e execução da Política Estadual do Meio Ambiente.

Art. 5° - Poder Público sujeitará as políticas de crescimento econômico e social às de proteção do meio ambiente, tendo por finalidade o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentado.

§ 1° - Não poderão ser realizadas ações ou atividades suscetíveis de alterar a qualidade do ambiente sem consideração do estudo prévio de impacto ambiental.

§ 2° - As ações ou atividades poluidoras ou degradativas serão limitadas pelo Poder Público visando a recuperação das áreas atingidas.

Art. 6° - Aquele que direta ou indiretamente causar dano ao meio-ambiente será responsabilizado civilmente, independentemente de culpa ou dolo.

Parágrafo Único - Sem prejuízo das sanções penais e administrativas, e da responsabilidade em relação a terceiros, fica obrigado, o agente causador do dano a recuperá-lo e corrigi-lo.

Art. 7° - A utilização dos recursos ambientais com fins econômicos será objeto de retribuição correspondente aos custos necessários à fiscalização, à recuperação e à manutenção dos padrões de qualidade ambiental.

CAPÍTULO II

POLÍTICA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 8° - O Poder Público Estadual elaborará e implementará a Política Estadual de Meio Ambiente que concilie a ação da Administração e o fomento à ação de iniciativa privada, para atingir os objetivos, princípios e proteção estabelecidos nesta lei e demais normas legais pertinentes.

§ 1° - A Política Estadual do Meio Ambiente deverá formular estratégias para a proteção do meio-ambiente e gestão dos recursos ambientais e diretrizes para o seu detalhamento em planos setoriais e de acompanhamento e avaliação.

§ 2° - Na formulação da Política Estadual do Meio Ambiente o Poder Público garantirá a origem e a utilização dos recursos financeiros humanos, tecnológicos e

operacionais necessários a sua implementação.

Art. 9º - A Política Estadual do Meio Ambiente terá as seguintes diretrizes básicas:

I - o desenvolvimento e implementação de mecanismos que garantam a integração dos diversos organismos de ação setorial do Estado;

II - a garantia de participação da comunidade na sua formulação e implementação;

III - a adequação entre a disponibilidade e os limites dos recursos ambientais, de um lado, e, de outro, o desenvolvimento e a dinâmica demográfica do Paraná;

IV - a integração com a Política Nacional do Meio Ambiente e com as demais políticas setoriais do Estado e da União.

V - o respeito ao modo de vida e às práticas culturais das populações locais;

VI - o desenvolvimento científico e tecnológico;

VII - a mobilização e educação ambiental;

VIII - a fiscalização permanente.

Parágrafo Único - Na elaboração da Política Estadual do Meio Ambiente deverá ser levado em consideração o padrão de interação entre os recursos ambientais e atividades ocorrentes no Paraná com aquelas que se verificam em outras unidades geopolíticas.

Art. 10 - Fica criado o Sistema Estadual do Meio Ambiente com o objetivo de gerir os recursos ambientais e a conservação e preservação do meio ambiente mediante a integração dos diversos níveis de governo envolvidos, garantida a participação da comunidade, especialmente, das associações ambientalistas.

Art. 11 - Compõem o Sistema Estadual de Meio Ambiente:

I - O Conselho Estadual do Meio Ambiente- CEMA, órgão central do Sistema, de caráter deliberativo e normativo, responsável pela aprovação e acompanhamento de implementação da Política Estadual do Meio Ambiente, bem como dos demais Planos afetos à área;

II - a Secretaria de Estado a que estiver vinculado a área do Meio Ambiente;

III - as Secretarias de Estado e organismos da Administração direta ou indireta cuja ação interfira na conformação de paisagem, nos padrões de apropriação e uso dos recursos ambientais e na sua conservação e preservação;

IV - os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos ambientais, preservação e conservação do meio ambiente e execução e fiscalização das normas e proteção ambiental;

V - o Ministério Público Estadual;

VI - os organismos das administrações municipais voltados à gestão dos recursos ambientais e a preservação e conservação do meio ambiente;

VII - as associações ambientalistas legalmente constituídas há mais de um ano;

VIII - as universidades.

Parágrafo Único - As representações das entidades ambientalistas legalmente constituídas há mais de um ano, terão assento no CEMA e nos organismos superiores, de administração dos órgãos de estado que integrem o Sistema Estadual de Meio Ambiente.

Art. 12 - O Conselho Estadual do Meio Ambiente- CEMA, é composto pelos seguintes membros;

a) o Secretário do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, na qualidade de presidente;

b) o Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

c) o Secretário de Estado da Educação;

d) o Secretário de Estado da Saúde;

e) o Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social;

f) o Secretário de Estado dos Transportes;

g) o Secretário de Estado da Cultura;

h) o Secretário de Estado da Comunicação Social.

i) o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico;

j) o Secretário de Estado da Segurança Pública;

l) o Procurador-Geral do Estado;

m) 01 representante do Ministério Público Estadual através de promotoria especializada;

n) o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado;

o) o Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado;

p) o Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado;

q) 09 representantes de entidades ambientais legalmente constituídas há mais de um ano;

r) 07 representantes de instituições universitárias;

s) 01 (um) representante dos trabalhadores, indicado de comum acordo pelas suas Federações Estaduais;

t) 01 (um) representante das categorias patronais, indicado de comum acordo pelas suas Federações Estaduais;

§ 1º - O mandato dos membros de que trata as alíneas "q", "r", "s", e "t", deste artigo, será de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

§ 2º - A Secretaria Executiva do CEMA será exercida pelo órgão ambiental estadual, que propiciará o necessário apoio

técnico e administrativo ao desempenho das atividades do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Art. 13 - São instrumentos de Política Estadual do Meio Ambiente:

- I - o Fundo Estadual do Meio Ambiente;
- II - a Estratégia Estadual de Preservação e Conservação do Meio Ambiente e Gestão Ambiental;
- III - o Plano Estadual de Preservação e Restauração dos Processos Ecológicos, Manejo Ecológico das Espécies e Ecossistemas;
- IV - o zoneamento ecológico;
- V - o Cadastro Técnico Rural e o Sistema Estadual de Informações Ambientais;
- VI - os consórcios e comitês de bacias hidrográficas e respectivos planos de manejo;
- VII - os planos de preservação de mananciais;
- VIII - os zoneamentos das diversas atividades produtivas ou projetadas;
- IX - a avaliação do impacto ambiental;
- X - a análise de riscos;
- XI - a fiscalização;
- XII - a educação ambiental;
- XIII - o Sistema Estadual de Unidades de Conservação;
- XIV - o licenciamento ambiental, revisão e sua renovação e autorização;
- XV - a outorga de uso e derivação de recursos hídricos;
- XVI - os acordos convênios, consórcios e outros mecanismos associativos de gerenciamento de recursos ambientais;
- XVII - a elaboração do plano estadual de recursos hídricos, mediante:
 - a) o inventário da disponibilidade, a avaliação das emendas e o estabelecimento as prioridades dos usos dos recursos hídricos;
 - b) o estabelecimento de normas para a recuperação e preservação dos recursos hídricos;
 - c) o registro, o acompanhamento e a fiscalização das outorgas de uso ou derivação de recursos hídricos;
 - d) o fomento da participação comunitária e de órgãos afins;

CAPÍTULO III

DO FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 14 - O Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, tem como objetivo o financiamento de planos, programas, projetos, pesquisas e atividades que visem o uso racional e sustentável de recursos naturais, através do controle, preservação, conservação e recuperação do meio ambiente no sentido de elevar a qualidade de vida da população.

Art. 15 - O FEMA será gerenciado pelo CEMA, através de um gestor administrativo

que, semestralmente ou quando solicitado, apresentará relatório das atividades e dos recursos recebidos e gastos.

Parágrafo Único - Os relatórios semestrais serão analisados por auditores independentes e submetidos à fiscalização do Tribunal de Contas.

Art. 16 - São fontes de recursos do FEMA:

- I - dotação orçamentária do Estado, não interferir a 2% (dois por cento) da receita prevista, depositados a favor do CEMA em duodécimos mensais;
- II - o produto das multas por infrações às normas ambientais;
- III - dotações orçamentárias da União e de Municípios;
- IV - parcelas de compensação financeira estipulada no Art. 20, § 1º da Constituição Federal, destinado aos Estados (royalties);
- V - rendimento de qualquer natureza derivado da aplicação de seu patrimônio;
- VI - receita estadual referente ao adicional de até 5% (cinco por cento) do IR previsto no art. 155, II da Constituição Federal;
- VII - recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e acordos bilaterais entre governos;
- VIII - arrecadação decorrente de acordos, convênios, contratos e consórcios;
- IX - recursos resultantes da aplicação da Lei nº 7347, de 24.07.85;
- X - receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venham a receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- XI - outras receitas eventuais.

§ 1º - As pessoas físicas e jurídicas que fizerem doações ao FEMA poderão gozar de benefícios relativos aos impostos estaduais, conforme regulamentação do Poder Executivo.

§ 2º - Os recursos previstos neste artigo serão depositados em conta especial do FDE, a crédito do FEMA.

Art. 17 - Os recursos do FEMA serão utilizados para financiamento, participações acionárias, a fundo perdido ou não, mediante projetos aprovados pelo CEMA, apresentado por pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, e que atenda aos objetivos desta lei.

Parágrafo Único - O FEMA poderá remunerar órgão ou entidade competente por pareceres técnicos e fiscalização dos projetos aprovados.

Art. 18 - O saldo positivo do FEMA apresentado em balanço anual será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de até Cr\$... 2.000.000,00 (dois milhões de

cruzeiros) destinados à transferência de recursos do Tesouro para o FEMA.

Art. 20 - O Poder Executivo aprovará por Decreto a regulamentação do FEMA no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de entrada em vigor desta lei.

TÍTULO II PATRIMÔNIO AMBIENTAL

CAPÍTULO I PATRIMÔNIO AMBIENTAL ESTADUAL

Art. 21 - Constituem o patrimônio ambiental do Estado do Paraná o conjunto dos objetos, processos, condições, leis, influências e interações, de ordem física, química, biológica e social, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

§ 1º - Os elementos constitutivos do patrimônio ambiental estadual são considerados bens de interesse comum a todos os cidadãos, devendo sua utilização sob qualquer forma ser submetida às limitações que a legislação em geral, e especialmente esta lei, estabelecem.

§ 2º - Pela sua relevância considera-se patrimônio ambiental a ser especialmente protegido os remanescentes primários dos ecossistemas típicos representativos das diversas regiões fisiográficas do Estado, em especial:

- a. os complexos estuarinos das baías do Litoral do Paraná;
- b. a Serra do Mar e a Floresta Atlântica;
- c. as escarpas do Segundo e Terceiro Planaltos;
- d. os Campos Gerais;
- e. as Florestas de Araucária;
- f. os Cerrados;
- g. os remanescentes das Florestas Pluviais, Tropicais e Subtropicais, também designada Mata da Bacia do Rio Paraná;
- h. as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção.

Art. 22 - São indisponíveis as terras públicas, devolutas e as arrecadadas pelo Estado por ações discriminatórias necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 23 - Consideram-se sítios de valor ecológico, e portanto especialmente protegidos, os remanescentes primitivos e as áreas de menor grau de antropização, representativos dos ecossistemas típicos das diversas regiões fisiográficas do Estado.

SEÇÃO I RECURSOS HÍDRICOS

Art. 24 - Compete ao Poder Público:

- I - a gestão dos recursos hídricos, com base na bacia hidrográfica;
- II - a garantia da qualidade e quanti-

dade de água para abastecimento público;

III - a garantia dos usos múltiplos da água, agerida a ordem de necessidade para abastecimento doméstico, para dessedentação de animais, para uso industrial e para diluição de despejos;

IV - a garantia de navegabilidade dos corpos d'água potencialmente navegáveis;

V - a garantia da qualidade de água adequada à perfeita reprodução da flora e da fauna aquáticas;

VI - a promoção da classificação das águas doces, salobras e salinas;

VII - a garantia de monitoramento dos corpos d'água e dos efluentes urbanos, industriais e agrícolas;

VIII - a divulgação sistemática dos dados a respeito da qualidade da água, com ênfase nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos, cidades médias, áreas, cidades e distritos industriais, mediante campanha sistemática nos diversos meios de comunicação, com indicação dos principais agentes poluidores;

IX - a exigência, aos usuários das águas, do automonitoramento permanente, tanto dos corpos receptores como dos efluentes;

X - a garantia da qualidade de água dos mananciais de abastecimento público e dos lagos das hidrelétricas, mediante o fomento e incentivo do reflorestamento e do manejo florestal sustentado, e a promoção do manejo integrado de solos e águas em suas bacias de contribuição;

XI - a regulamentação das atividades de lazer e turismo ligadas aos corpos d'água como forma de promover a vigilância civil sobre a qualidade da água;

XII - a implantação, operacionalização e manutenção da rede de coleta de dados fluviométricos, pluviométricos, sedimentométricos e de qualidade das águas;

XIII - a implantação de redes fluviométricas de alerta indicadoras de enchentes, em regiões consideradas críticas, divulgando as informações às comunidades envolvidas;

XIV - a outorga, pelo órgão competente, de concessões, autorizações e permissões para uso ou derivação de águas de domínio do Estado, mediante portarias específicas e pagamento de preço público pela utilização de recurso hídrico, conforme for estabelecido em regulamento;

XV - a autorização, pelo órgão competente, de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos, no território estadual;

XVI - a avaliação e a classificação sistemática do potencial dos aquíferos, de acordo com a sua situação e padrões qualitativos e quantitativos;

XVII - a pesquisa das relações entre as atividades agrícolas, industriais e de

efluentes urbanos e a qualidade dos aquíferos;

XVIII - o fomento da criação de consórcios nas bacias hidrográficas do Estado do Paraná, com a participação do Estado, dos Municípios, da iniciativa privada e das associações.

SEÇÃO II DO SOLO

Art. 25 - Compete ao Poder Público:

I - garantir a adequada utilização do solo, minimizando os processos físicos, químicos e biológicos de degradação, pelo adequado planejamento, desenvolvimento, fomento e disseminação de tecnologias adequadas e manejo;

II - garantir prioridade para uso agrossilvopastoril e nestes para a produção de alimentos;

III - garantir prioridade para o controle da erosão, especialmente do manejo integrado de solos e água;

IV - promover o desenvolvimento de tecnologias agrícolas de conservação do solo, contempladas as peculiaridades fisiográficas regionais;

V - elaborar e implementar zoneamento agrossilvopastoril que vise a proteção do solo e a minimização de seus processos de degradação;

VI - fomentar inclusive financeiramente o desenvolvimento de culturas permanentes e de atividades florestais;

VII - exigir, a recuperação florística nas áreas de preservação permanente, em especial nas áreas de ocorrência dos arenitos Caiuá, Furnas e Botucatu;

VIII - adotar medidas que sustentem a desertificação e recuperem as áreas degradadas

SEÇÃO III DO SUB-SOLO

Art. 26 - Compete ao Poder Público:

I - promover a avaliação, mapeamento e divulgação sistemática do potencial mineral do Estado;

II - garantir, pela adequada fixação de padrões tecnológicos e operacionais, a otimização da exploração das jazidas minerais existentes no Paraná, respeitadas as diretrizes ambientais;

III - garantir a conservação e proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território paranaense;

IV - promover o monitoramento da qualidade das águas sub-superficiais;

V - promover a avaliação sistemática do potencial dos aquíferos subterrâneos, seguida da divulgação de um diagnóstico

anual a respeito da situação qualitativa e quantitativa dos mesmos;

VI - classificar os aquíferos de acordo com seu padrão de qualidade;

VII - pesquisar as relações entre as atividades agrícolas de alta utilização dos insumos químicos e a qualidade da água dos aquíferos subterrâneos;

VIII - proteger as áreas de recarga dos aquíferos de relevante interesse para o abastecimento público.

SEÇÃO IV DO RELEVO

Art. 27 - Compete ao Poder Público:

I - regulamentar o uso e a ocupação do solo nas porções do território de marcante energia de relevo;

II - proteger e regulamentar o uso das principais linhas orográficas definidoras das paisagens estadual e macrorregionais;

III - declarar a intangibilidade dos monumentos naturais de referencial topográfico.

SEÇÃO V DA FLORA

Art. 28 - Ficam sob a tutela desta lei todas as florestas existentes no território paranaense, bem como as formações florísticas nativas de pote não arbóreo, tais como campos limpos, cerrados e vegetações de altitude.

§ 1º - As florestas e demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são consideradas bens de interesse comum a todos os cidadãos, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§ 2º - A recuperação das matas ciliares e das demais áreas de preservação permanente far-se-á, pelo proprietário do imóvel ou às suas expensas, com essências nativas típicas da região, obedecidas as normas técnicas pertinentes.

Art. 29 - Compete ao Poder Público:

I - garantir a biodiversidade florística através da proteção de formações florísticas originais e de associações vegetais relevantes, inclusive pela implantação de bancos genéticos;

II - garantir a elaboração de inventários e censos florísticos periódicos;

III - garantir as pesquisas de desenvolvimento de tecnologias de manejo de bancos genéticos e de manejo auto-sustentado de formações naturais e associações vegetais relevantes;

IV - garantir a preservação de amostras significativas de cada uma das forma-

ções florísticas originais e associações vegetais relevantes do Paraná;

V - regulamentar o uso dos entornos das formações florísticas originais e associações vegetais relevantes protegidas;

VI - garantir prioridade do manejo auto-sustentado dos remanescentes da cobertura vegetal original, com direcionamento obrigatório dos mecanismos de fomento do Estado para este fim;

VII - garantir o desenvolvimento de tecnologias para utilização de essências nativas nas atividades florestais;

VIII - fomentar a utilização de essências nativas nas atividades de reflorestamento;

IX - propiciar as condições que minimizem o impacto da atividades agrossilvopastoris sobre a biodiversidade florística em especial:

a) pelo ordenamento territorial das atividades agrossilvopastoris;

b) pelo desenvolvimento e difusão de tecnologias adequadas;

c) pela garantia da manutenção de cultivos tradicionais, e pela instalações de bancos genético;

d) pelo fomento à diversificação de culturas, inclusive pelo direcionamento de seus instrumentos creditícios;

X - regulamentar o desenvolvimento de atividades de lazer e turismo em áreas de ocorrência de paisagens notáveis, formações vegetais relevantes, com o objetivo de promover a vigilância civil sobre as mesmas;

XI - definir em regulamento as técnicas de manejo compatíveis com as diversas formações florestais, contemplando técnicas remanescentes, do Pinheiro do Paraná (*Araucária angustifolia*), da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), de bracatinga (*Mimosa scabrella*), do palmito (*Euterpe edulis*), da caxeta (*Tabebuia cassinoides*), das plantas ornamentais, medicinais e outras;

XII - exigir, observado o disposto na legislação federal, que toda propriedade rural tenha percentual de no mínimo 20% (vinte por cento) da cobertura florestal como reserva legal;

XIII - exigir a reposição florestal dos usuários de matéria-prima florestal, preferencialmente na região de origem e obrigatoriamente no território estadual;

XIV - incentivar o reflorestamento da pequena propriedade rural mediante os adequados mecanismos de fomento, inclusive os creditícios;

XV - incentivar o reflorestamento, bem como as formas de uso racional do recursos florestais tradicionalmente estabelecidas pelos usos e costumes;

XVI - exigir a recuperação das áreas de reserva legal degradadas;

XVII - exigir a recuperação das áreas de preservação permanente definidas em lei;

Art. 30 - Incumbe ao Poder Público e à coletividade o combate a incêndios florestais.

§ 1º - A autoridade pública requisitará os meios necessários e convocará as pessoas em condições de prestar auxílio para combate a incêndios florestais.

§ 2º - A autoridade florestal estimulará a criação de unidades de combate a incêndios florestais comunitárias, nos municípios, nas propriedades e nas empresas.

Art. 31 - Qualquer árvore ou associação vegetal relevante poderá ser declarada imune ao corte mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza, condição de porta-semente e importância histórica, científica e cultural.

Art. 32 - O proprietário de imóvel com floresta poderá gravá-la com perpetuidade, em caráter irrevogável, mesmo em caso de transmissão, firmando perante autoridade florestal o termo que será averbado no registro imobiliário competente.

SEÇÃO VI DA FAUNA

Art. 33 - Os animais que constituem a fauna bem como os seus ninhos, abrigos, criadouros naturais e ecossistemas necessários à sua sobrevivência, são considerados bens de domínio público, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-los e preservá-los para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Considera-se fauna silvestre os animais nativos ou indígenas e os autóctones em qualquer fase de desenvolvimento e que encontram nos ambientes naturais ou em qualquer outro.

§ 2º - Consideram-se animais nativos os originários do país, e animais autóctones aqueles que se encontram em área de distribuição natural.

§ 3º - Considera-se fauna aquática aquela adaptada biologicamente à sobrevivência, de forma total ou parcial, na hidrosfera.

§ 4º - Excluem-se dos efeitos dessa seção a fauna doméstica ou domesticada, os animais exóticos selvagens, assim entendidos aqueles trazidos de outros países ou regiões e introduzidos nos ambientes naturais do Paraná, bem como os animais fe-

rais, assim entendidos ou domésticos que adquiriram hábitos selvagens.

Art. 34 - A introdução e a reintrodução de exemplares da fauna em ambientes naturais compete ao Estado e deverá ser efetuada com base em dados técnicos e científicos.

§ 1º - O Poder Público Estadual poderá autorizar a criação ou cultivo de espécies exóticas, em ambientes rigorosamente controlados, garantindo-se mecanismos que impeçam a sua interferência sobre o ambiente natural e as espécies nativas nele existente, e atuará na correção dos problemas oriundos de introduções já realizadas.

§ 2º - A autorização mencionada no parágrafo anterior somente será concedida após cumprimento de período de isolamento a estabelecido pela autoridade competente, onde se comprove a impossibilidade de transmissão de doenças, e mediante apresentação de atestados sanitários dos órgãos públicos do local de origem.

Art. 35 - São proibidas a utilização, perseguição, destruição, caça, pesca, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que impliquem nas atividades proibidas.

§ 1º - Excetua-se as atividades devidamente autorizadas de:

- a) comércio e utilização de exemplares provenientes de criadouros ou da pesca profissional;
- b) pesca amadora e profissional;
- c) remoção;
- d) atividades científicas.

§ 2º - O órgão público competente poderá autorizar a utilização, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna nativa, para fins de pesquisa científica, respaldada por instituições oficiais ou oficializadas, mediante projetos específicos, respeitadas as disposições da legislação federal.

§ 3º - O órgão competente autorizará a captura de matrizes, filhotes, ovos e larvas, para possibilitar a criação ou cultivo de animais em criadouros devidamente autorizados e cadastrados, com finalidades econômicas, educativas, culturais, científicas e outras.

Art. 36 - Compete ao Poder Público:

I - garantir a biodiversidade faunística pela proteção da fauna, pela manutenção de bancos genéticos, em especial as espécies raras, vulneráveis e ameaçadas de extinção e de seus habitats, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou submetam os animais à crueldade;

II - garantir a elaboração de inventários e censos faunísticos periódicos,

principalmente considerando as espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, objetivando sua perpetuação;

III - garantir a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de manejo de bancos genéticos e de manejo e gestão dos habitats de espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção, bem como de seus ecossistemas associados;

IV - garantir a preservação dos habitats e ecossistemas associados das espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;

V - garantir a regulamentação de uso dos entornos das áreas destinadas à proteção da vida silvestre;

VI - na ocorrência de desequilíbrio ecológico, o Poder Público, mediante programas embasados em estudos técnicos e científicos, implantará medidas de controle das populações animais alteradas. A execução desses programas poderá ser efetuada por entidades particulares, cadastradas e autorizadas pelo órgão estadual competente;

VII - efetuar levantamento que demonstre a distribuição das espécies animais, ou desequilíbrios populacionais e as espécies raras, vulneráveis e em perigo de extinção, visando implantar medidas de manejo, controle e proteção.

SEÇÃO VII

DO AR

Art. 37 - Compete ao Poder Público:

I - a garantia de padrões de qualidade do ar, consentâneos com os requisitos de saúde pública;

II - o estabelecimento de padrões máximos de emissão consentâneos com a natureza das atividades desenvolvidas no local;

III - a garantia do monitoramento da qualidade do ar com especial atenção para as regiões metropolitanas, aglomerados urbanos, áreas, distritos e cidades industriais;

IV - a exigência do automonitoramento com sistemático acompanhamento, verificação e aferimento pelo órgão público competente, das emissões de gases, partículas e ruídos;

V - o estabelecimento de padrões máximos de emissão de ruído consentâneo com a natureza das diversas atividades;

VI - a exigência do automonitoramento dos padrões de emissão de ruídos, com acompanhamento, verificação e aferimento pelo organismo estadual competente;

VII - o estabelecimento dos níveis má-

ximos de emissão de ruído dos veículos automotores;

VIII - a fiscalização dos padrões de emissão de gases e ruídos dos veículos automotores;

IX - a exigência do automonitoramento das emissões de gases, partículas e de ruídos nos transportes coletivos e nas frotas de transportes de carga no interior das cidades, com seu acompanhamento, fiscalização e aferimento pelo organismo estadual competente;

X - a garantia da fiscalização e monitoramento dos níveis de emissão de gases, partículas e ruídos nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e cidades de porte médio;

XI - a divulgação sistemática dos níveis de qualidade do ar e de ruídos levantados e das principais fontes poluidoras com a divulgação nos diversos meios de comunicação de massa;

XII - o estabelecimento de normas técnicas e padrões de utilização dos insumos químicos agrícolas;

XIII - a fiscalização da utilização de insumos químicos agrícolas em especial o uso na aviação agrícola;

XIV - a garantia dos adequados níveis de ventilação convenientes à saúde, bem estar e conforto da população na habitação, trabalho, espaços livres de recreio, lazer e circulação;

XV - o controle da utilização de alarmes, garantindo que a produção de ruído não constitua poluição sonora;

XVI - o estímulo ao desenvolvimento e aplicação de processos tecnológicos que minimizem a geração da poluição atmosférica;

XVII - o estímulo a estudos e pesquisas para avaliação do impacto de poluentes atmosféricos sobre o meio ambiente e a saúde pública.

SEÇÃO VIII

LUZ E NÍVEIS DE LUMINOSIDADE

Art.38 - Compete ao Poder Público estabelecer níveis de luminosidade exigíveis para habitação, trabalho e nos espaços de recreio, lazer e circulação, garantindo a saúde, conforto e bem estar da população.

CAPÍTULO II

PROCESSOS ECOLÓGICOS

Art.39 - São processos ecológicos essenciais aqueles necessários à manutenção e reprodução dos diversos sistemas físicos, biológicos e antrópicos, na sua diversidade e complexidade, bem como de seus componentes.

Art. 40 - Compete ao Poder Público a proteção e a recuperação dos processos ecológicos essenciais para a reprodução da vida.

CAPÍTULO III

PATRIMÔNIO GENÉTICO

Art.41 - Constitui o patrimônio genético do Estado do Paraná o conjunto dos elementos de flora e fauna que integram os diversos ecossistemas ocorrentes no território estadual.

Art.42 - Compete ao Estado a proteção do patrimônio genético, objetivando a manutenção da biodiversidade pela garantia dos processos naturais que permitam a reprodução deste mesmo patrimônio.

Art.43 - Para garantir a proteção de seu patrimônio genético compete ao Estado:

I - manter um sistema estadual de áreas protegidas representativo dos diversos ecossistemas ocorrentes no seu território;

II - garantir a preservação de amostras significativas dos diversos componentes de seu patrimônio genético e de seus habitats;

III - manter bancos de germoplasma que preservem amostras significativas de seu patrimônio genético, em especial das espécies raras e ameaçadas de extinção.

CAPÍTULO IV

ÁREAS DE USO REGULAMENTADO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

SEÇÃO I

ÁREAS DE USO REGULAMENTADO

Art.44 - São as seguintes as áreas de uso regulamentado, competindo ao Poder Público estabelecer por decreto, caso a caso, suas características, dimensões e seus padrões de uso e ocupação do solo e de apropriação dos recursos ambientais:

I - as Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico;

II - os mananciais de abastecimento público e seus entornos de proteção;

III - as bacias de contribuição direta dos reservatórios de usinas hidrelétricas;

IV - os caminhos históricos e seus entornos de proteção;

V - as Zonas Tampão ou Entornos Protetivos definidas nesta Lei;

VI - as cavidades naturais subterrâneas, os sítios arqueológicos, históricos e outros de interesse cultural, bem como os seus entornos de proteção;

VII - os entornos dos monumentos naturais;

VIII - as várzeas sujeitas a inundações, excetuadas as áreas de preservação permanente;

IX - as situadas no interior de sítios urbanos, que apresentem relevantes características ambientais e culturais.

SEÇÃO II

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Art. 45 - O Poder Público criará e implantará Unidades de Conservação, visando a efetiva proteção da biodiversidade natural, especialmente as associações vegetais relevantes e remanescentes das formações florísticas originais, a perpetuação e disseminação da população faunística, os endemismos e a manutenção de paisagens notáveis, monumentos naturais e outros bens de interesse cultural.

Art. 46 - As áreas especialmente protegidas são patrimônios culturais da comunidade, sendo destinadas primariamente à proteção do ecossistema, à educação ambiental, à pesquisa científica e a recreação em contato com a natureza.

Art. 47 - É criado o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SISEUC, constituído pelo conjunto de Unidades de Conservação existentes, bem como aqueles previstos na Constituição Estadual, e outros necessários à consecução dos objetivos desta Lei.

Parágrafo Único - O SISEUC será administrado pelo Estado.

Art. 48 - O Sistema Estadual de Unidades de Conservação SISEUC será constituído de forma a incluir amostras significativas de comunidades biológicas e ecossistemas naturais, bem como de belezas cênicas e paisagens notáveis do território estadual, dando-se prioridade àqueles que se encontrem ameaçados de extinção.

Art. 49 - As Unidades de Conservação - UC, integrantes do SISEUC serão reunidas em dois grupos, com características distintas:

I - Unidades de Proteção Integral, onde haverá proteção total dos atributos naturais que tiverem justificado sua criação, objetivando-se a preservação dos ecossistemas em estado natural;

II - Unidades de Manejo Sustentável, onde haverá proteção parcial dos atributos naturais, admitida exploração de parte dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentado, observadas as normas técnicas e legais.

Art. 50 - Compõem as Unidades de Proteção Integral as seguintes categorias de UC:

I - Estações Ecológicas, que se destinam a preservação integral da biota, e demais atributos naturais nelas existentes, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se medidas transitórias de recuperação de ecossistemas alterados, o manejo das espécies que o exijam, a fim de preservar a diversidade biológica;

II - Parques, que se destinam a preservar áreas naturais ou alteradas, contendo interesses para atividades científicas,

educacionais e recreativas, realizadas em obediência a planos de manejo;

III - Monumentos naturais que se destinam a preservar áreas contendo sítios que, por sua singularidade, raridade, beleza ou vulnerabilidade, exijam proteção;

IV - Refúgios da Vida Silvestre, que são constituídos de áreas em que a proteção e o manejo são necessários para assegurar a existência ou reprodução de determinadas espécies, residentes ou migratórias, comunidades de flora e fauna de importância significativa.

Art. 51 - Integram as Unidades de Manejo Sustentável as seguintes categorias de UC:

I - Áreas de Proteção Ambiental (APA), que são porções do território estadual, de configuração e tamanho variável, com uso regulamentado, submetidas às modalidades de manejo diversas, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais ou alteradas, com características notáveis, que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, conservar ou melhorar as condições ecológicas locais, preservar paisagens e atributos naturais e culturais relevantes;

II - Florestas Estaduais, que são áreas com cobertura florestal, constituídas preferencialmente por espécies nativas, destinadas à produção econômica sustentável de madeira e outros produtos florestais, proteção de recursos hídricos, manejo da fauna silvestre, atividade científica e de recreação em contato com a natureza;

III - Reservas Extrativistas, que são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 52 - As UCs serão de domínio público ou de propriedade privada, respeitadas as determinações e restrições constantes desta lei.

§ 1º - As UCs de domínio público poderão ser estaduais ou municipais;

§ 2º - As UCs propostas por iniciativa privada serão gravadas com perpetuidade e estarão sujeitas à fiscalização governamental com a finalidade de garantir a permanência das condições que justificaram sua inclusão no SISEUC;

§ 3º - As UCs de propriedade privada, previstas no inciso anterior, somente poderão ser instituídas nas categorias de Refúgio de Vida Silvestre ou Área de Proteção Ambiental;

§ 4º - Nos Refúgios de Vida Silvestre e nas Áreas de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas limitando ou proibindo atividades que conflitem

com as finalidades motivadoras de sua criação.

Art. 53 - As UCs criadas por ato de Poder Público, somente poderão ser suprimidas ou alteradas através de lei.

Parágrafo Único - O Estado deverá destinar recursos específicos que se fizerem necessários para a implantação das Unidades de Conservação.

Art. 54 - A seleção das áreas para constituição de Unidades de Conservação será baseada em critérios científicos, sendo julgadas prioritárias para fins de implantação, aquelas que contiverem ecossistemas ainda não representados ou em iminente perigo de extinção e as previstas no Art. 20, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual.

Art. 55 - As UCs de todas as categorias disporão de um Plano de Manejo, no qual se definirá o zoneamento da Unidade e a sua utilização.

Parágrafo Único - São vedadas, no interior da UC, quaisquer alterações, atividades ou modalidades de utilização em desacordo com suas finalidades e estranhas ao respectivo Plano de Manejo.

Art. 56 - O órgão responsável pela administração da UC poderá receber recursos ou doações de qualquer natureza, com ou sem encargos, de organizações públicas, privadas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a conservação das mesmas, podendo ainda se utilizar dos recursos gerados pelas unidades de manejo sustentável.

Parágrafo Único - É vedada qualquer participação dos recursos e doações que não seja direta e exclusivamente relacionada com a consecução dos objetivos do SISEUC.

Art. 57 - É vedada a titulação e concessão de áreas contíguas às Unidades de Conservação garantindo o Estado a incorporação destas áreas em especial as florestadas, e posterior anexação à área protegida.

Art. 58 - As unidades de Conservação criadas em função de legislação anterior deverão ser reclassificadas, do todo ou em parte, dentro das determinações desta lei, no prazo de 1 (um) ano a partir de sua publicação, integrando-se ao SISEUC.

TÍTULO III CONTROLE AMBIENTAL

CAPÍTULO I CONTROLE DE OBRAS OU ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU DEGRADADORAS

Art. 59 - São consideradas obras ou atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras aquelas que pela utilização

dos recursos ambientais ou pela introdução de modificações na paisagem, impliquem em alteração adversa das características do meio ambiente, ou modifiquem os padrões de reprodução da vida nas suas áreas de influência.

Art. 60 - A construção, instalação, reforma, recuperação, ampliação ou operação de obras ou atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente dependerá de autorização ou licença da autoridade competente e, quando couber, da elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA ou de apresentação de Declaração de Impacto Ambiental - DIA, observadas as normas especificadas em regulamento.

Art. 61 - O licenciamento de obra ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora fica condicionado à garantia de implementação de medidas preventivas, saneadoras, mitigadoras e compensatórias previstas pelo RIMA e as exigidas pelo órgão ambiental do Estado.

Parágrafo Único - Essas medidas serão objeto de planos e programas específicos e termos firmados entre o órgão ambiental do Estado e o agente degradador, estabelecendo a natureza das medidas, seu prazo de implementação, recursos e fontes necessárias à sua implantação, sujeitas as partes à responsabilidade civil e criminal.

Art. 62 - Fica proibido o lançamento ou liberação de poluentes no ar, no solo, no subsolo e nas águas.

Parágrafo Único - As obras ou atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente ficam obrigadas a possuir equipamentos ou sistemas de controle de poluição e adotar medidas de segurança para evitar os riscos e a efetiva poluição.

Art. 63 - A decisão relativa a pedidos de licenciamento e de autorização será obrigatoriamente motivada, observado o requisito de publicidade inclusive para o pedido nos termos do regulamento.

SEÇÃO I

INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

Art. 64 - A execução, ampliação, reforma ou recuperação de quaisquer infra-estruturas de transportes, quer rodoviárias, hidroviárias, ferroviárias ou aeroviárias, deverá obedecer dentre outras as seguintes normas:

I - dispor do conveniente sistema de drenagem de águas pluviais as quais deverão ser lançadas de forma a não provocar erosão;

a) nas estradas e ferrovias executadas no Estado eque lançarem águas pluviais no interior de áreas com remanes-

centes da cobertura vegetal significativa, deverão dotar os seus dispositivos de drenagem das convenientes estruturas hidráulicas de dissipação de energia e promover o lançamento final das águas em talvegues estáveis para as vazões máximas de projeto.

II - quando seccionarem mananciais de abastecimento público, deverão estar dotadas de convenientes dispositivos de drenagem e outros tecnicamente necessários que garantam a preservação destes mesmos mananciais, inclusive, quando for o caso, que minimizem os acidentes com cargas tóxicas;

III - quando transpuserem corpos de água potencialmente navegáveis, deverão assegurar sua livre navegabilidade;

IV - deverão ser implantadas de modo a respeitar as características do relevo, assegurando a estabilidade dos taludes de corte e aterro e dos maciços por elas afetados, quer direta ou indiretamente, e garantindo a estabilidade e a integração harmônica com a paisagem das áreas reconstituídas das praças de pedreiras, áreas de empréstimo, caminhos de serviço e bota-foras;

V - os projetos contemplarão obrigatoriamente traçados que evitem ou minimizem o seccionamento de áreas de remanescentes de cobertura vegetal significativa;

VI - será obrigatório o reflorestamento, preferencialmente com espécies nativas, das faixas de domínio das estradas de rodagem e ferrovias;

VII - nos locais que abriguem patrimônio espeleológico, deverão ser adotadas medidas de proteção, inclusive dos seus entornos.

SEÇÃO II

INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA

Art. 65 - A execução de quaisquer infra-estruturas energéticas deverá se dar mediante observação, dentre outras, às seguintes normas:

I - os aproveitamentos hidrelétricos deverão assegurar os usos múltiplos da água, em especial o abastecimento público, o lazer e a irrigação;

II - as barragens dos aproveitamentos hidrelétricos deverão assegurar a navegabilidade dos cursos d'água potencialmente navegáveis;

III - é vedada a instalação de usinas termoelétricas nas bacias dos rios de classe especial;

IV - os oleodutos deverão ser dotados de mecanismos que assegurem a qualidade das águas dos cursos das bacias por eles seccionadas, para em caso de acidentes, não comprometerem sua classificação;

V - deverão os concessionários do

aproveitamento hidrelétrico prover os recursos para, sob orientação do Estado, fomentar o manejo integrado de solos e águas nas áreas de contribuição direta dos lagos das usinas hidrelétricas;

VI - é vedado o licenciamento ambiental para instalação de unidades geradoras de energia de qualquer natureza em locais de ocorrências de falhas geológicas que possam colocar em risco a estabilidade destas unidades;

VII - quando da ocorrência de minerais de papel estratégico para o desenvolvimento econômico do Estado, na área de alagamento pelos lagos de hidrelétricas, deverá ser concedida prioridade à sua extração prévia ao alagamento ou desenvolvidas alternativas tecnológicas que permitam sua exploração pós-alagamento;

VIII - no estabelecimento das prioridades de execução dos aproveitamentos hidrelétricos por concessionárias em operação no Estado do Paraná, deverão ser consideradas as diretrizes constantes do Zoneamento Ecológico e do Plano Estadual de Preservação e Restauração dos Processos Ecológicos Essenciais, Manejo Ecológico das Espécies e Ecossistemas;

IX - no planejamento e projetos de execução dos aproveitamentos hidrelétricos, deverão ser privilegiadas alternativas que minimizem a remoção e inundação de remanescentes florestais nativos e associações vegetais relevantes;

X - a execução de aproveitamento hidrelétrico, quer da usina e seu lago ou das demais infra-estruturas de apoios deverá também ser precedida de inventário da flora e fauna de todas as áreas afetadas;

XI - a execução de usinas hidrelétricas deverá ser acompanhado, de adoção de medidas que assegurem a manutenção de espécies endêmicas, raras vulneráveis ou em perigo de extinção, bem como a proteção de áreas representativas dos ecossistemas afetados;

XII - os reservatórios das usinas hidrelétricas deverão ser dotados de faixa marginal de proteção, as quais serão reflorestadas com essências nativas;

XIII - nas áreas a serem inundadas pelos aproveitamentos hidrelétricos deverão ser tomadas medidas que propiciem o pleno aproveitamento da biomassa vegetal afetada;

XIV - os padrões operacionais das usinas hidrelétricas deverão ser tais que minimizem os impactos negativos sobre a biodiversidade florística e faunística, quer à jusante ou à montante do aproveitamento;

XV - o automonitoramento obrigatório do padrão de emissões das usinas termoelétricas, e da qualidade de água dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

SEÇÃO II

ASSENTAMENTOS URBANOS

Art. 66 - Os assentamentos urbanos ficam sujeitos, dentre outras, às seguintes normas urbanísticas:

I - é vedada a urbanização dos mananciais de abastecimento urbano, bem como de suas áreas de contribuição imediata;

II - é vedado o lançamento de esgotos urbanos "in natura" nos cursos d'água;

III - os efluentes das estações de tratamento de esgotos deverão ser de qualidade compatível com a classificação do curso de água receptor, obedecido o licenciamento ambiental;

IV - a disposição do lixo urbano de qualquer natureza dará prioridade à reciclagem e deverá ser feita de forma a não comprometer os mananciais de abastecimento público, respeitando a natureza da ocupação das atividades desenvolvidas no local;

V - a expansão dos assentamentos urbanos deverá evitar, sempre que possível, a ocupação de terras agricultáveis;

VI - é vedada a urbanização de áreas geologicamente instáveis;

VII - será coibida a expansão urbana em áreas de elevada energia de relevo;

VIII - nas áreas de relevante interesse turístico ou paisagístico, os padrões de urbanização e as dimensões das edificações devem guardar relações de harmonia e proporção com as linhas orográficas definidoras da paisagem local;

IX - a expansão urbana deverá se desenvolver de forma a minimizar os impactos sobre as associações vegetais relevantes e remanescentes da cobertura vegetal bem como assegurar a proteção de testemunhas das formações florísticas originais;

X - a disposição de resíduos urbanos de qualquer natureza deverá se dar de forma a garantir a proteção das formações florísticas e associações vegetais relevantes;

XI - os zoneamentos urbanísticos deverão considerar a natureza das atividades urbanas, em especial a separação daquelas perigosas e geradoras de emissões de gases, ruídos e partículas;

XII - é vedada a urbanização em áreas sujeitas à inundação;

XIII - controlar os processos urbanísticos de forma a minimizar os efeitos das enchentes e da erosão do solo;

XIV - zelar pela manutenção da capacidade de infiltração do solo, principalmente nas áreas de recarga de aquíferos subterrâneos, mediante medidas específicas.

SEÇÃO IV

ASSENTAMENTOS RURAIS

Art. 67 - Os assentamentos rurais deverão obedecer, dentre outras, as seguin-

tes normas:

I - os projetos de assentamento deverão ser desenvolvidos de forma a estabelecer módulos compatíveis com a capacidade de uso do solo, bem como traçados de maneira a minimizar as possibilidades de erosão, protegendo as áreas com limitação natural à exploração agrícola;

II - através de mecanismos de fomento e de zoneamento agrícola deverão ser estabelecidas políticas destinadas a compatibilizar o potencial agrícola dos solos e a dimensão das unidades produtivas de forma a otimizar o rendimento econômico, e a proteção do meio ambiente;

III - os módulos rurais mínimos, o parcelamento do solo rural e os projetos de assentamento deverão assegurar áreas mínimas que garantam a compatibilização entre as necessidades da produção e a proteção e manutenção dos sistemas florísticos típicos da região, bem como das reservas legais e áreas de preservação permanente;

IV - as áreas cobertas de associações vegetais relevantes e remanescentes da vegetação nativa não poderão ser objeto de projetos de reforma agrária.

SEÇÃO V

RESÍDUOS POLUENTES, PERIGOSOS OU NOCIVOS

Art. 68 - A coleta, o armazenamento, o transporte, o tratamento, a disposição final ou a reutilização de resíduos poluentes, perigosos ou nocivos, em qualquer estado da matéria, sujeitar-se-ão ao prévio licenciamento perante a autoridade ambiental estadual e processar-se-ão de forma e em condições que não constituam perigo imediato ou potencial para a saúde humana e o bem-estar público nem causem prejuízos para o meio ambiente.

Parágrafo Único - O Estado manterá cadastro que identifique os locais e condições de disposição final de resíduos poluentes, perigosos ou nocivos.

Art. 69 - Fica expressamente proibido:

I - a disposição de resíduos poluentes, perigosos ou nocivos em locais inapropriados, em áreas urbanas ou rurais;

II - o lançamento de resíduos poluentes, perigosos ou nocivos em águas superficiais ou subterrâneas e em áreas erodidas;

III - a incineração e a disposição final de lixo a céu aberto.

Art. 70 - É obrigatória a incineração do lixo hospitalar, bem como sua adequada coleta e transporte, obedecidas as normas técnicas ditadas pela autoridade ambiental.

Art. 71 - A instalação e operação de incineradores de resíduos sólidos de qualquer natureza estão sujeitas ao prévio licenciamento da autoridade ambiental, que

fixará os padrões de emissão e disposição final das cinzas, a serem atendidos.

Art. 72 - A responsabilidade do destino dos resíduos poluentes, perigosos ou nocivos é de quem os produz.

SEÇÃO VI

ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

Art. 73 - O desenvolvimento das atividades agropecuárias deverá se dar mediante observância, dentre outras, das seguintes normas:

I - deverão contemplar o manejo integrado de solo e água, especialmente nas áreas de ocorrência do arenito Caiuá e Botucatu;

II - a utilização de insumos químicos deverá ser compatível com a classificação do rio em cuja bacia de drenagem a atividade se desenvolva;

III - quando se desenvolverem em bacia de contribuição de mananciais de abastecimento público, deverão ter uso regulamentado de insumos químicos com monitoramento periódico por parte da autoridade competente;

IV - quando utilizarem irrigação não deverão comprometer os mananciais de abastecimento público;

V - obedecem zoneamento instituído pelo Estado que garantirá a máxima proteção do solo;

VI - somente se dará acesso a crédito de qualquer natureza nas instituições oficiais do Estado, mediante demonstração da adoção de prática de conservação de solos;

VII - somente utilizará insumos químicos mediante adoção de técnicas que minimizem seus efeitos sobre as populações e a fauna em sua área de ação;

VIII - o Estado fomentará a pecuária nas áreas de campos naturais como forma de manutenção dessas formações vegetais;

IX - é vedada a expansão das atividades agrícolas em áreas cobertas com remanescentes florestais nativos, exceto na região litorânea, e na região metropolitana, obedecida, no caso, a legislação específica;

X - deve ser estimulada a diversidade de culturas.

SEÇÃO VII

ATIVIDADE FLORESTAL

Art. 74 - O desenvolvimento das atividades florestais encontra-se condicionado à observância, dentre outras, das seguintes normas:

I - a obediência ao zoneamento florestal a ser instituído pelo Estado;

II - o emprego de fogo em práticas agrossilvopastoris, somente será permitido, quando utilizado criteriosamente, garantindo o seu controle, obedecidas as

normas específicas e mediante autorização do órgão competente;

III - toda constatação de focos de pragas ou doenças florestais deve ser comunicada ao órgão competente, conforme regulamento;

IV - a utilização dos recursos florestais, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de autorização do órgão competente, bem como da adoção de técnicas de manejo compatíveis com os variados ecossistemas, à exceção das florestas plantadas com recursos próprios que poderão ser manejadas livremente, de acordo com sua finalidade econômica.

Parágrafo Único - Nas áreas de preservação permanente, nas Unidades de Conservação e outras de uso regulamentado, prevalecerão as normas específicas.

SEÇÃO VIII

ATIVIDADE FAUNÍSTICA

Art. 75 - O desenvolvimento das atividades faunísticas encontra-se condicionado à observância, dentre outras, às seguintes normas:

I - a compatibilização entre o desenvolvimento econômico e a preservação das espécies;

II - o monitoramento da distribuição das espécies e de seus desequilíbrios;

III - o zoneamento faunístico, visando medidas de proteção, controle e utilização.

Art. 76 - O funcionamento de jardins zoológicos deverá ser inscrito junto ao órgão estadual competente, apresentando relação dos animais e justificando a origem e as alterações dos plantéis pré-existent, independente dos registros previstos em legislação federal.

§ 1º - Entende-se por jardim zoológico o local onde se alojam artificialmente animais de diversas espécies objetivando, principalmente, a preservação da fauna, através de técnicas apropriadas e onde se realizam atividades científicas, culturais, educativas e de lazer.

§ 2º - Os responsáveis pelos jardins zoológicos não poderão comercializar ou doar a particulares, animais, mesmo que nascidos em cativeiro, sem autorização do órgão competente estadual.

Art. 77 - O Poder Executivo regulamentará a criação de locais cinegéticos onde o exercício da atividade seja permitido total ou parcialmente, em caráter permanente ou temporário, com fins educativos, turísticos, recreativos e/ou econômicos, mediante registro no órgão competente.

§ 1º - Entende-se por locais cinegéticos áreas totalmente cercadas e delimitadas onde existam criadouros apropriados para espécies nativas e exóticas, de forma que somente possam ser abatidos animais

oriundos dos mesmos.

§ 2º - É vedada a soltura de animais nativos e exóticos no mesmo recinto destinado ao abate.

§ 3º - Para o exercício da atividade cinegética é obrigatória a autorização do órgão competente estadual.

SUB-SEÇÃO I

ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 78 - São atividades ligadas à pesca: a extração, criação, pesquisa, conservação, beneficiamento, transformação, transporte e comercialização de seres hidróbios.

Parágrafo Único - Entende-se por pesca a captura, exploração, exploração de elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida, e por recursos pesqueiros os animais hidróbios passíveis de utilização econômica.

Art. 79 - A pesca poderá ter finalidades econômicas, desportivas ou científicas, quando devidamente autorizadas pelo órgão competente.

Art. 80 - A pesca profissional será permitida nos lagos, rios e represas de domínio do Estado, após a execução de estudos que demonstrem a viabilidade técnica e econômica, da atividade.

Art. 81 - Não será permitido ao pescador amador a utilização da embarcação do pescador profissional.

Art. 82 - Os pescadores profissionais de águas interiores deverão filiar-se às colônias de pescadores localizadas mais próximas da sua residência, sendo vedada mais de uma inscrição e deslocamento para área de atuação de outras colônias.

§ 1º - As colônias de pesca de águas interiores terão delimitadas por ato do Poder Público suas respectivas áreas de atuação de pesca, em rios contíguos e comprovadamente possuidores de recursos pesqueiros compatíveis.

§ 2º - O pescador profissional de águas interiores exercerá pesca nos limites de atuação da colônia de pesca a que estiver inscrito.

Art. 83 - Os instrumentos, locais e períodos proibidos nas diversas modalidades de pesca serão discriminados por ato do Poder Executivo.

Parágrafo Único - É vedada a colocação de arte de pesca que interrompa o fluxo migratório nas embocaduras de rios.

SEÇÃO IX

ATIVIDADE MINERÁRIA

Art. 84 - A atividade minerária poderá ser desenvolvida mediante a observância, dentre outras, das seguintes normas:

I - seus efluentes, quer oriundos da extração, lavagem, concentração ou benefi-

ciamento, deverão apresentar qualidade compatível com a classificação do rio em cuja bacia a atividade se desenvolva;

II - observar o zoneamento das atividades minerárias a ser instituído pelo Estado;

III - deverão ser desenvolvidas de forma a não desencadear processos erosivos nas áreas lindeiras;

IV - quando ocorrerem em áreas agrícolas, deverão reconstituir as áreas afetadas, segundo as orientações do órgão estadual competente, que privilegiará a recomposição que permita o uso agrícola;

V - quando se desenvolverem em unidades de manejo sustentável, ou de ocorrência de formações florísticas originais ou de associações vegetais relevantes deverão limitar-se aos minerais carentes;

VI - deverão elaborar o EPIA/RIMA, ou quando couber, a Declaração de Impacto Ambiental - DIA;

VII - recompor as áreas degradadas pela atividade;

VIII - efetuar o automonitoramento da estabilidade dos taludes e maciços, e padrões dos efluentes e de emissão dos seus depósitos de rejeito;

IX - quando desenvolvidas em área nas quais as linhas orográficas representem relevante interesse paisagístico deverão recompor as áreas mineradas e de rejeito de forma harmônica com a topografia, bem como se desenvolverão de forma a minimizar sua visibilidade;

X - não deverão ser desenvolvidas nos monumentos naturais de interesse paisagístico, enquanto referencial topográfico;

XI - a reconstituição das áreas utilizadas pela mineração, inclusive seus depósitos de rejeitos, quando contemplarem cobertura florestal, deverão privilegiar a utilização de espécies nativas;

XII - o lançamento de efluentes, águas pluviais ou outras cujo fluxo natural tenha sido alterado pelas atividades minerárias quando afetarem áreas legalmente protegidas, formações florísticas originais e associações vegetais relevantes, deverá ser dotado dos convenientes dispositivos de tratamento de efluentes e de dissipação de energia e contar com lançamentos em talvegues estáveis à vazão previsível para um tempo de recorrência de 25 anos;

XIII - quando se localizarem nas proximidades de assentamentos urbanos e lançarem suas águas servidas em cursos d'água deverão automonitorar a qualidade de seus efluentes, das águas do curso receptor e seus padrões de emissões de gases, partículas e ruídos.

SEÇÃO X

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Art. 85 - As atividades industriais poderão ser desenvolvidas mediante a observância, dentre outras, das seguintes normas:

I - seus efluentes e resíduos deverão apresentar característica compatível com a classificação do rio em cuja bacia a atividade se desenvolva;

II - obedecer o zoneamento industrial estabelecido pelo Estado;

III - os efluentes e águas pluviais oriundos de instalações industriais deverão ser lançadas de forma a não desencadear processos erosivos;

IV - a deposição de resíduos industriais não deverá ocorrer em áreas de elevado potencial agrícola;

V - os depósitos de rejeitos industriais deverão se situar em áreas geológicas e mecanicamente estáveis;

VI - as indústrias que utilizem matérias-primas florestais deverão:

a) ser cadastradas junto ao organismo estadual competente;

b) possuir licença estadual, emitida pelo organismo competente, para operação;

c) assegurar reposição da matéria-prima utilizada mediante manejo sustentado do recurso e reflorestamentos, com planos aprovados e fiscalizados pela autoridade estadual competente;

VII - é obrigatório o automonitoramento permanente, dos efluentes, da qualidade de água do curso receptor, dos padrões de emissões de gases, partículas e ruídos, e da qualidade do ar nas cidades, distritos e áreas industriais, podendo ser estendida a outras aglomerações de indústrias ou à indústria isolada, a critério da autoridade estadual competente.

VIII - o ponto de lançamento em cursos hídricos de qualquer efluente originário de atividade utilizadora de recursos ambientais, será obrigatoriamente situado a montante da captação de água do mesmo corpo d'água utilizado pelo agente do lançamento.

SEÇÃO XI

ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Art. 86 - O desenvolvimento das atividades de comércio e serviços relacionados a recursos ambientais se realizará mediante autorização ou licenciamento do organismo estadual competente.

SEÇÃO XII

OBRAS OU ATIVIDADES PÚBLICAS

Art. 87 - Qualquer projeto ou obra e sua implantação ou atividade pública que utilize ou degrade recurso ambiental ou o meio ambiente, deverá contemplar programa que cubra totalmente os estudos, projetos, planos e pressupostos destinados a conser-

vação, preservação e melhoria da área afetada.

CAPÍTULO II

ESTUDO PRÉVIO E DECLARAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

SEÇÃO I

ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL

Art. 88 - O Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA é instrumento de análise de processos, métodos, obras ou atividades que possam causar significativa poluição ou degradação ambiental, tendo como objetivo deferir ou indeferir o licenciamento requerido, bem como, de análise de planos, programas e projetos governamentais, de qualquer nível, visando fazer a adequação dos mesmos à preservação, conservação, proteção e melhoria do meio ambiente.

§ 1º - O estudo referido no "caput" deste art. deverá abranger a área do possível impacto ambiental do projeto ou dos planos ou programas e projetos, inclusive a bacia hidrográfica e contemplar todas as alternativas tecnológicas e locacionais, explicitando as razões da escolha indicada.

§ 2º - Os impactos ambientais do projeto deverão ser analisados através de identificação, previsão de magnitude e interpretação de importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas, a distribuição do ônus e benefícios sociais, e levantamento, transcrição dos textos e análise da legislação aplicável à área territorial e à natureza da atividade ou obra pretendida.

§ 3º - O Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA, indicará as medidas preventivas, saneadoras, mitigadoras e/ou compensatórias dos impactos negativos, entre elas, os equipamentos de controle de poluição e sistemas de tratamento de efluentes, estabelecendo os planos e programas específicos, com os respectivos prazos e recursos necessários para a sua implantação.

§ 4º - O Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA será realizado por equipe multidisciplinar habilitada, composta por pessoas não dependentes direta ou indiretamente do requerente do licenciamento, e não podendo dela participar servidores públicos pertencentes aos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Art. 89 - Dependerá da elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA a serem submetidos à apreciação

do órgão estadual competente, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

I - estrada de rodagem com uma ou mais faixas de rolamento;

II - ferrovias e hidrovias;

III - portos e terminais de minérios, petróleo e produtos químicos;

IV - aeroportos, conforme definidos em lei;

V - oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;

VI - linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 Kw, ou quando sobrepor área de relevante interesse ambiental;

VII - obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como; barragem para fins hidrelétricos em especial acima de 10 Mw, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos de água, abertura de barragens e embocaduras, transposição de bacias, diques;

VIII - extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);

IX - extração de minérios, inclusive os da classe II, definidos no Código de Mineração;

X - aterros sanitários, processamento e destino final de lixo urbano, ou de resíduos tóxicos ou perigosos;

XI - usinas de geração de eletrecidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, em especial com potencial acima de 10 Mw;

XII - complexo e unidades industriais e agroindustriais tais como: petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo em recursos hídricos;

XIII - distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI;

XIV - exploração econômica de recurso florestal em área acima de 100 ha (cem hectares), ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;

XV - projetos urbanísticos e loteamentos acima de 100 ha (cem hectares) ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental e cultural;

XVI - qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares, em quantidade superior à 10 t/dia (dez toneladas por dia);

XVII - projetos de agricultura, pecuária, suinocultura ou hortifrutigranjeiros que contemplem áreas acima de 500 ha (quinhentos hectares) ou menores, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;

XVIII - empreendimentos ou atividades de qualquer natureza em áreas de potencial espeleológico;

XIX - outras atividades ou obras de potencial degradador, a critério do órgão estadual competente.

Art. 90 - O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, refletirá as conclusões do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e visa transmitir informações fundamentais do mencionado estudo, através de linguagem acessível a todos os segmentos da população, de modo que possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como, todas as consequências ambientais de sua implementação.

Art. 91 - O Estado centralizará o processo de análise dos RIMAs e licenciamentos decorrentes no seu órgão ambiental do Estado.

Parágrafo Único - Para análise dos RIMAs serão constituídas Câmaras Técnicas a serem integradas por representantes de diversos organismos da ação setorial do Estado, cuja atuação se relacione com a obra ou atividade potencialmente degradadora e com as atividades e recursos ambientais por ela afetados.

Art. 92 - A realização de audiência pública, sempre que julgado necessária pelo órgão licenciador ou for solicitada por entidade civil ou pelo Ministério Público, destina-se a fornecer informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e a possibilitar a discussão e o debate público sobre o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

§ 1º - As audiências públicas mencionadas no "caput" deste artigo deverão ser realizadas em todas as sedes dos Municípios que possam ser atingidos pelas consequências da obra ou atividade.

§ 2º - Comparecerão obrigatoriamente à audiência pública os servidores públicos representantes do setor de análise e licenciamento ambiental, os representantes de cada especialidade da equipe multidisciplinar que elaborou o RIMA e o requerente do licenciamento ou seu representante legal.

§ 3º - Da audiência lavar-se-á ata circunstanciada, expressando, em resumo, todas as intervenções.

§ 4º - Não haverá na audiência pública, votação de mérito do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

§ 5º - O órgão licenciador não poderá emitir seu parecer de mérito sobre o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, antes de concluída a fase de audiência pública.

§ 6º - O órgão licenciador, ao emitir parecer técnico e jurídico sobre o licenciamento requerido, analisará as intervenções apresentadas na audiência pública, manifestando-se sobre a pertinência das

SEÇÃO II

DECLARAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

Art. 93 - A Declaração de Impacto Ambiental - DIA, será obrigatória em todos os casos de licenciamento para obras ou atividades que possam causar degradação ambiental, não abrangidas pela exigência de EPIA.

§ 1º - A Declaração de Impacto Ambiental - DIA, será de responsabilidade direta do requerente do licenciamento.

§ 2º - A Declaração de Impacto Ambiental - DIA conterá, no mínimo:

- a) a descrição do local e seu entorno, considerando o meio físico, o meio biológico e o meio sócio-econômico;
- b) a descrição dos possíveis impactos ambientais a curto, médio e longo prazos;
- c) as medidas para minimizar ou corrigir os impactos negativos.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE RISCO

Art. 94 - O desenvolvimento, difusão, aplicação e transferência de tecnologias potencialmente perigosas, em especial ligadas à zootecnia, biotecnologia, genética e energia nuclear, e outras atividades perigosas serão objetos de análise de risco.

Art. 95 - As tecnologias a serem analisadas, bem como estudo de avaliação de risco de tecnologias, sua natureza, abrangência, tramitação e licenciamento, serão objeto de regulamentação pelo CEMA.

Parágrafo Único - Os processos de licenciamento deverão incluir a audiência pública e consulta popular, quando for o caso.

CAPÍTULO IV

DEMAIS EXIGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

TAXA AMBIENTAL E CUSTOS DE ANÁLISES DE PROJETOS, DE EIA/RIMAS E DE ANÁLISES DE RISCO

Art. 96 - Fica instituída a Taxa para emissão ou renovação de licenças ambientais, constituídas da Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO.

§ 1º - O enquadramento das atividades far-se-á, quanto ao porte, segundo os critérios estabelecidos no anexo I.

§ 2º - O valor cobrado para emissão das licenças será calculado com base na classificação constante do anexo II.

§ 3º - O não cumprimento das exigências e prazos estabelecidos na licença acarretará a aplicação da multa ao infrator prevista no inciso I do art. 112 desta Lei, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

Art. 97 - Os custos referentes à análise e vistoria de projetos ou, quando for o caso, para análise de Estudos de Impacto Ambiental, Análise de Risco e Declaração de Impacto Ambiental, serão cobrados conforme o estabelecido no anexo III.

Art. 98 - O recolhimento dos valores referidos nesta seção será disciplinado em regulamento.

SEÇÃO II

TAXA FLORESTAL

Art. 99 - Fica instituída Taxa Florestal em função dos serviços da autoridade ambiental no Estado, que consistirá em 1% (um por cento) do valor da matéria-prima florestal bruta utilizada.

§ 1º - A taxa deverá ser recolhida em conta específica da autoridade florestal, no ato de recebimento da autorização para utilização dos recursos florestais, atendendo tabela de valoração econômica.

§ 2º - Fica isento do pagamento da taxa, quem utilizar matéria-prima florestal:

I - destinada ao consumo interno da propriedade não gerando excedente econômico;

II - os possuidores, a qualquer título, de um único imóvel até 1 (um) módulo rural e que nele residam.

SEÇÃO III

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO AMBIENTAL

Art. 100 - A prova de quitação de multas e do cumprimento das medidas preventivas, saneadoras, mitigadoras ou compensatórias e outras obrigações de natureza ambiental assumidas perante o Poder Público será feita por certidão negativa, expedida pelo órgão administrativo competente, mediante requerimento do interessado, na forma de regulamento.

Art. 101 - A expedição de certidão negativa não impede a cobrança do débito anterior, posteriormente apurado.

SEÇÃO IV

DA EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO AMBIENTAL

Art. 102 - A inscrição para participação em concorrências, coletas ou tomadas de preços, a celebração de contratos ou termos de qualquer natureza ou a transação a qualquer título com a administração pública estadual direta e indireta, inclusive com empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como o recebimento de quaisquer quantias ou créditos, benefícios ou serviços das mesmas ficam condicionados à apresentação da certidão negativa prevista no art. 100 desta Lei.

Parágrafo Único - A certidão negativa será obrigatoriamente referida nos atos de

que trata este artigo.

Art. 103 - Para financiamentos que visem a correção de causas de agressões ao meio ambiente, poderá ser dispensada a exigência a que se refere o art. anterior, mediante apresentação de prova da quitação de multas ambientais e aprovação do projeto pelo órgão responsável pela gestão dos recursos ambientais.

Parágrafo Único - A liberação do financiamento referido no "caput" deste artigo será efetuada por etapas, mediante comprovação fornecida pelo órgão ambiental competente, de que a etapa anterior foi cumprida em conformidade com o projeto aprovado.

SEÇÃO V

REGISTROS E CADASTRAMENTOS

Art. 104 - Os órgãos competentes do Estado manterão cadastro atualizado, dentre outros, e obras ou atividades potencialmente degradadoras ou poluidoras, de usuários de recursos ambientais e de infratores ambientais.

Art. 105 - É obrigatório o registro, especialmente, nos seguintes serviços e atividades:

I - prestadores de serviços fitossanitários, inclusive empresas de aviação agrícola;

II - usuários de matérias-primas florestais;

III - produtores, comerciantes, transportadores e outros manipuladores de agrotóxicos.

TÍTULO IV

TUTELA AMBIENTAL

CAPÍTULO I

SEGURANÇA PÚBLICA AMBIENTAL

Art. 106 - O Poder Executivo, regulamentará as gestões da área de segurança pública com referência ao meio ambiente, garantindo a integração das atividades dos diversos organismos principalmente das Polícias Civil e Militar, com os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos ambientais.

SEÇÃO I

FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 107 - A fiscalização ambiental necessária à consecução dos objetivos desta lei bem como da legislação estadual pertinente fica a cargo dos órgãos responsáveis pela gestão dos recursos ambientais, sem prejuízo das atividades atribuídas a outros órgãos.

Art. 108 - As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção ambiental terão livre acesso, sendo assegurada a sua permanência a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agro-

pecuárias e empreendimentos de qualquer natureza, públicos ou privados.

Art. 109 - As autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores no exercício de suas atribuições.

SEÇÃO II

PROCEDIMENTOS FISCALIZATÓRIOS

Art. 110 - O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à implementação desta Lei e demais normas pertinentes, num prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da publicação desta.

CAPÍTULO II

SANÇÕES E PENALIDADES

Art. 111 - Constitui infração, para efeito desta lei, qualquer ação ou omissão que impeça na inobservância dos seus preceitos, bem como aos do regulamento e demais normas dela decorrentes.

Art. 112 - Sem prejuízo das demais cominações estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais, os infratores sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

I - multa, simples ou diária, de 50 (cinquenta) a 100.000 (cem mil) Bônus do Tesouro Nacional Fiscal, ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo e, na falta deste, outro índice que vise a preservar o valor real da moeda;

II - embargo;

III - revogação da autorização;

IV - cassação da licença;

V - apreensão dos instrumentos utilizados na prática da infração e dos produtos dela decorrentes;

VI - demolição de obra ou remoção de atividade incompatível com as normas pertinentes;

VII - interdição ou suspensão das atividades incompatíveis com as normas pertinentes;

VIII - obrigação de reparar e indenizar os danos que houver causado ao meio ambiente ou a terceiros, independentemente da existência de culpa ou dolo;

IX - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

X - perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

Art. 113 - Na aplicação das penalidades serão considerados os seguintes fatores:

I) Atenuantes:

a) arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação ou limitação do dano causado, comunicado à autoridade competente;

b) observância, no imóvel, de princípios relativos à utilização adequada dos

recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

II) Agravantes:

- a) reincidência e contumácia;
- b) extensão do dano;
- c) dolo, mesmo eventual;
- d) ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;
- e) atingir, a infração, áreas ambientais protegidas, em especial unidades de conservação;
- f) utilizar-se, o infrator, da condição de agente público para prática de infração;
- g) tentativa de se eximir da responsabilidade, atribuindo-a a outrem;
- h) ação sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;
- i) impedir ou dificultar a fiscalização.

Art. 114 - O produto das multas integrará o Fundo Estadual do Meio Ambiente.

Art. 115 - As multas serão aplicadas de forma progressiva e cumulativa nos casos de reincidência e de contumácia.

Parágrafo Único - As multas serão aplicadas diariamente até cessar a atividade degradadora, nos casos de infração continuada que se caracteriza pela permanência da ação ou omissão inicialmente punida.

Art. 116 - As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso firmado perante a autoridade competente, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar, corrigir e reparar os danos causados.

Parágrafo Único - Comprovado o cumprimento das obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter redução de até 90% (noventa por cento) do seu valor original, a critério da autoridade competente.

Art. 117 - As penalidades previstas nos incisos II e VIII do artigo 112 serão aplicadas independentemente das multas.

Art. 118 - A destinação dos produtos e instrumentos apreendidos nos termos do inciso V do artigo 112, poderá ser a devolução, destruição, a doação ou o leilão, nos termos do regulamento desta lei.

Art. 119 - Nas penalidades previstas nos incisos IX e X do artigo 112, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão, parcial ou total, de incentivos, benefícios e financiamentos, será atribuição de autoridade administrativa ou financeira que o houver concedido, por solicitação da autoridade ambiental do Estado.

Parágrafo Único - A autoridade estadual competente gestionará junto às autoridades federais e entidades privadas visando a aplicação de medidas similares, quando for o caso.

Art. 120 - As penalidades incidirão sobre os infratores, sejam eles:

a) autores diretos;

b) autores indiretos, assim compreendidos aqueles que de qualquer forma concorram para a prática da infração ou dela se beneficiarem;

c) proprietários e detentores de imóvel a qualquer título;

d) agentes públicos que por ação ou omissão ensejarem a prática da infração, inclusive o titular do órgão envolvido.

Art. 121 - A cobrança e o recolhimento de multa far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos nesta lei e regulamentos.

Art. 122 - É facultado à autoridade administrativa proceder a cobrança amigável após o término do prazo para recolhimento do débito, acrescido de multa de 20% (vinte por cento) e 1% (um por cento) de juros mensais, a título de mora, enquanto não inscrito em cobrança executiva.

Parágrafo Único - Esgotado o prazo concedido para cobrança amigável, a autoridade administrativa encaminhará o débito para inscrição em Dívida Ativa.

Art. 123 - Na cobrança a menor da multa, responde solidariamente, tanto o servidor responsável pelo erro como o devedor, cabendo àquele o direito regressivo para reaver do último o total do desembolso.

Art. 124 - Constituem Dívida Ativa as multas não pagas nos prazos fixados nesta lei, regulamento ou em decisão proferida em processo regular.

Parágrafo Único - A inscrição de débito em Dívida Ativa não poderá ser feita enquanto não forem decididos definitivamente, a defesa, a pedido de reconsideração ou o recurso.

Art. 125 - A Dívida será cobrada, por procedimento amigável, ou judicial.

Art. 126 - O prazo para apresentação de defesa administrativa à autoridade competente é de 15 (quinze) dias a contar da data da lavratura do auto de infração.

Parágrafo Único - Da decisão administrativa poderá ser interposto recurso, que será encaminhado à autoridade hierarquicamente superior, atendido o requisito de garantia de instância.

Art. 127 - A autoridade competente definirá o trâmite dos procedimentos administrativos, especialmente os decorrentes da aplicação de penalidades.

TÍTULO V

MELHORIA AMBIENTAL

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 128 - Compete ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação e conservação do meio ambiente considerando:

I - a educação ambiental sob o ponto de vista interdisciplinar, no âmbito do ensino de 1º, 2º e 3º graus;

II - o fomento, junto à sociedade civil organizada, da conscientização ambiental;

III - a capacitação de recursos humanos para a promoção ambiental;

IV - a consecução de prioridade às áreas protegidas para o desenvolvimento das atividades de educação ambiental.

CAPÍTULO II

FOMENTO E INCENTIVO PÚBLICO

Art. 129 - O Poder Público fomentará a proteção do meio ambiente e a utilização auto-sustentada dos recursos ambientais pela concessão de vantagens fiscais, apoio financeiro, creditício, técnico e operacional, bem como pelo desenvolvimento científico, tecnológico, entre outros.

§ 1º - O fomento às iniciativas e atividades de caráter privado, no campo ambiental, privilegiará, entre outras:

a) manutenção de remanescentes florestais, além de áreas de reserva legal e de preservação permanente;

b) recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal, mediante plano devidamente aprovado pela autoridade florestal, desde que o proponente não tenha sido o causador da degradação;

c) as entidades ambientalistas legalmente, constituídas há mais de 1 (um) ano, em especial as que visem a proteção da biota nativa e as de educação e pesquisa;

d) utilização de recursos ambientais, através de tecnologias que respeitem os padrões de reprodução destes mesmos recursos, e técnicas de exploração auto-sustentada;

e) pesquisas que se dediquem ao desenvolvimento de tecnologias voltadas ao manejo auto-sustentado de espécies e ecossistemas, bem como ao suporte tecnológico do controle ambiental;

f) atividades de ensino que desenvolvam programas de educação ambiental, devidamente aprovados pela autoridade competente;

g) a diversidade de culturas e a utilização de cultivares tradicionais, em especial o faxinal ou compáscuo;

h) a manutenção de áreas vegetadas no interior do perímetro urbano de cidades que possuam taxa de área verde inferior a 36 metros quadrados por habitante;

i) atividades de cultivo de organismos aquáticos junto às comunidades pesqueiras para estabilizar a pesca profissional;

j) a criação de animais nativos terrestres e aquáticos para fins científicos, culturais, econômicos, industriais e de lazer;

l) a instalação de jardins zoológicos,

voltados à criação de animais silvestres, além dos demais objetivos específicos.

§ 2º - O incentivo às iniciativas no campo governamental, relativas ao meio ambiente, privilegiará, entre outras:

a) o desenvolvimento de pesquisas no campo do conhecimento, utilização ou manejo auto-sustentado de espécies e ecossistemas;

b) o desenvolvimento de métodos multidisciplinares para manejo de unidades de conservação e planejamento e gestão ambientais;

c) o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o conhecimento de ecossistemas típicos do Estado e seus padrões de apropriação;

d) o desenvolvimento de técnicas e a promoção da educação ambiental;

e) o desenvolvimento de pesquisas sobre energias alternativas;

f) o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas em controle ambiental.

Art. 130 - O Poder Público desenvolverá pesquisas e tecnologias voltadas à gestão dos recursos ambientais através dos órgãos competentes e estimulará a sua realização pela comunidade científica e pela iniciativa privada, visando a preservação e conservação destes recursos.

Parágrafo Único - As informações oriundas das pesquisas serão repassadas à comunidade.

Art. 131 - Os órgãos e as entidades da Administração centralizada e descentralizada estadual somente poderão conceder benefícios, estímulos, incentivos fiscais e financiamentos, mediante comprovação, pelos interessados de que suas atividades estão conforme as prescrições da legislação ambiental.

Art. 132 - A fruição dos benefícios, estímulos e incentivos fiscais e financeiros, bem como, de financiamentos ou subsídios de qualquer natureza, concedidos direta ou indiretamente pelo Poder Público, na área estadual, será sustada por deliberação do CEMA dirigida aos órgãos concedentes, quando o beneficiário estiver descumprindo determinação da legislação ambiental.

Art. 133 - O Estado deverá conceder vantagens fiscais sobre bens particulares considerados de valor cultural.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 134 - É declarada como árvore símbolo do Estado a Araucária angustifolia (Pinheiro do Paraná), cuja comemoração dar-se-á no dia 21 de setembro de cada ano.

Art. 135 - O Estado promoverá edição

popular do texto integral desta Lei, que será posta à disposição das escolas, dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas, das entidades ambientalistas, das bibliotecas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente.

Art. 136 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 137 - O Poder Executivo terá prazo máximo de 2 (dois) anos para implementar as medidas administrativas a fiel execução da presente Lei.

Art. 138 - Permanecem em vigor todos os dispositivos de leis que não colidam com a presente.

Art. 139 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.